

A necessidade de revisão da atual estrutura de tarifas horosazonais para energia elétrica no País e de implantação de tarifas especiais para fornecimentos interruptíveis no período da ponta

José Ângelo Paccola
japaccola@aol.com.br

Sérgio Valdir Bajay
bajay@fem.unicamp.br

Gilberto De Martino Jannuzzi
jannuzzi@fem.unicamp.br

Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético e Departamento de Energia/FEM
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Campinas, SP

Resumo

1. Introdução

Há diversos fatores que influenciam o custo do fornecimento de eletricidade e o objetivo de uma estrutura tarifária eficiente é refletir ao menos os mais importantes destes fatores nos preços. Por exemplo, a energia elétrica pode ser suprida de uma forma mais barata a altas tensões do que a baixas tensões. Também, incrementos de demanda durante certos períodos de tempo podem requerer uma expansão da capacidade de produção, transmissão ou distribuição a fim de que se mantenha um nível de confiabilidade adequado, enquanto que durante outros períodos estes incrementos podem ser atendidos através de usinas, subestações e linhas de transmissão e distribuição existentes, que de outra forma permaneceriam, ao menos parcialmente, ociosas. Outros determinantes da estrutura de custos são o fator de potência e a localização e densidade dos consumidores.

As tarifas horosazonais, que diferenciam o consumo segundo postos tarifários horários e sazonais e se baseiam nos custos marginais do fornecimento, constituem a proposta tarifária mais avançada que se formulou até hoje. Este tipo de tarifa tem sido aplicado principalmente a consumidores de médio e grande porte; os recentes avanços tecnológicos no campo da medição, que tem resultado em reduções substanciais de custo nesta atividade, tem começado a estender o campo de aplicação destas tarifas também para os pequenos consumidores.

Os contratos de fornecimento interruptível no período da ponta são assinados com consumidores industriais que concordam em ter suas cargas interruptíveis desligadas por um determinado período de tempo, durante o período da ponta. A carga interruptível do consumidor é cortada, pela empresa concessionária, através de sinais elétricos enviados pela própria rede, por exemplo, sempre que a concessionária necessitar de folga de potência, antes de comprometer a segurança operativa do sistema ou de colocar em operação unidades com elevados custos marginais de curto prazo. Como retorno, esses consumidores recebem descontos substanciais no consumo destas cargas, que aumentam sua posição competitiva.

2. Objetivo

Na busca de metodologias mais eficientes, o Governo Federal, através do Decreto nº 86.463, de 13/10/1981, definiu uma estrutura tarifária para a energia elétrica no país com base nos custos marginais do setor. Este processo iniciou-se em 1979, com o patrocínio do Banco Mundial e a assistência técnica da Electricité de France - EDF.

Desde a primeira metade da década de 80 existem no setor elétrico brasileiro duas tarifas horosazonais: a azul e a verde. Em termos gerais, esta estrutura tarifária horosazonal no País – tarifas verde e azul - tem se mantido desde a sua implantação até hoje.

Apresenta-se, neste trabalho, uma revisão crítica da atual estrutura tarifária para energia elétrica no País e algumas possibilidades de avanços metodológicos no cálculo de custos marginais e das tarifas horosazonais, que nelas se baseiam, além de uma discussão das perspectivas de implantação de tarifas especiais para fornecimentos interruptíveis.

3. Metodologia

Analisa-se, no trabalho, os atuais procedimentos de cálculo dos custos marginais de geração, transmissão e distribuição no setor elétrico brasileiro, a passagem dos custos às tarifas de referência, a montagem final das tarifas horosazonais, contemplando aspectos econômicos, financeiros, sociais e operacionais, e a formulação das tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD).

Para subsidiar as propostas do trabalho, efetua-se comparações, entre países, das tarifas de energia elétrica e da carga tributária nelas embutida.

4. Resultados

Entre os principais resultados do trabalho destaque-se diversas propostas de avanços metodológicos no cálculo das atuais tarifas horosazonais. Há, também, uma importante discussão sobre a questão do sinal locacional, na transmissão e na distribuição. Finalmente, propõe-se algumas novas opções tarifárias.

5. Conclusão

Este trabalho, que está sendo desenvolvido no âmbito de um projeto de pesquisa e desenvolvimento financiado pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), fornece muitos elementos para uma ampla discussão da temática abordada, que deve envolver, entre outras instituições e empresas eventualmente interessadas, o Ministério de Minas e Energia, a ABRADE e, sobretudo, a ABAR e a ANEEL.

6. Referências bibliográficas

NIPE/UNICAMP, Estudo para avaliação de impactos econômicos decorrentes da implantação de tarifas modificadas e oportunidades para eficiência energética – Relatório Ano 1: julho/2003 a junho de 2004, Projeto UNICAMP/CPFL PD-111, Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético, Universidade Estadual de Campinas, julho de 2004, 186 p.

CARVALHO, F. R., PEDROSA, P. J. B. M., CARVALHO, E. B. & RIBEIRO, A. A., Composição do preço final da eletricidade no Brasil e a sustentabilidade econômica do setor. In: Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, 4. Itajubá, MG, 2004. *Anais* (na forma de CD-ROM). Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, MG.

BANDEIRA, F. P. M., Avaliação do preço da energia elétrica para o consumidor direto brasileiro, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2003.